

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO  
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

**ATA DA 81ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 06/03/2018**

**Proposta de Pauta:**

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da ata da 80ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	8.50	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
5	9.10	Regulamentação da Lei 16.751/2010 – Alimentação Orgânica Sistema de Ensino Fundamental e Médio no Paraná	Maria Teresinha Ritzmann - FUNDEPAR
6	10.10	Projeto Cortina Verde – Circulo de Proteção as Cidades.	Promotora de Justiça – Rosana Araujo de Sá Ribeiro
7	10.40	Resultados do Programa Renda Agricultor em 2017	Miriam Fuckner
8	11.10	Ações com Juventude Rural	Alexandre Leal dos Santos – FETAEP
9	11.40	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
10	12:00	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11	12.30	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara

1 Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezoito, realizou-se a octogésima primeira  
2 reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto Emater no município de Curitiba –  
3 Paraná. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes vinte e dois conselheiros e dez  
4 convidados. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Gilson Nogueira Farias – SICREDI;  
5 Bernardo Vergopolen- FETRAF; Maria Aparecida Geffer – Representante das Mulheres;  
6 Marco Antonio Geffer – ARCAFAR; Luis Carlos Costa – CEAGRO; Maria Isabel  
7 Guimarães – SEBRAE; João Carlos Hilman – UNICAFES; Alexandre Leal dos Santos -  
8 Representante dos Jovens; Antonio Vaz Filho – APPA; Amadeu Antonio Bonato –  
9 DESER; Nilson Hanke Camargo – FAEP; Ivo Melão - Câmara de Agroecologia.  
10 **Conselheiros do poder público:** Marcos Pescador – SEAD/DFDA-PR; Adelar Motter –  
11 IAPAR; Sergio Augusto Guarienti – EMATER; Norberto Ortigara – SEAB; Luiz Vanderlei  
12 Kawa - AMP; Sandra Cristina Lins Santos – SEPL; Claudio Palozi – ALEP; Margit Hauer  
13 - SEMA/IAP; Eloir Carlos Grande – SETI; Thamisis Camila Paskowski – CONAB **Faltas**  
14 **justificadas:** EMBRAPA; OCEPAR, FETAEP. **Faltas sem justificativas:** SEED, SEJU,  
15 SFA/PR (MAPA), INCRA, CCA, CRESOL, FEPESPAR, FEPAR, Fórum de Entidades de  
16 ATER, Representante dos Quilombolas, Rede de Colegiados Territoriais, REDE  
17 ECOVIDA e Rede Puxirão. Participaram como **convidados:** Jhony Moller – OCEPAR;  
18 Maria Teresinha Ritzmann – FUNDEPAR; Carlos Roberto Bittencourt – SEAB; Francisco  
19 Paulo Chaimsohn – IAPAR; Gustavo A. Scholz – EMATER; Michele M. Cunha – ALEP;  
20 João Carlos Zandoná – CPRA; Carlos Alberto Gabiatto – FETAEP; Dant Danilo de O.  
21 Macedo - SEAD/DFDA-PR e Sidnei Cieslav. **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O  
22 Presidente Norberto fez a abertura da reunião e em seguida apresentou a pauta,  
23 propondo a alteração do item 7 - Resultados do Programa Renda Agricultor em 2017,  
24 para a apresentação das demandas de ATER, sendo este assunto solicitado pela SEAD  
25 à Câmara de ATER, o que foi aprovado. **Item 3. Aprovação da ata da 80ª Reunião do**

97

26 **CEDRAF** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico, foi aprovada sem  
27 alterações. **Item 4. Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater –**  
28 **Miriam Fuckner** informou sobre os credenciamentos de entidades de ATER no estado.  
29 Pelo SIATER ligado ao antigo MDA agora SEAD, existem quatorze entidades  
30 credenciadas, sendo que destas, dez têm o seu vencimento neste ano e quatro tem o  
31 seu vencimento para o ano que vem. Não se tem informação sobre a continuidade de  
32 credenciamentos pelo SIATER, mas ANATER credenciará. Durante o ano passado  
33 houve duas entidades que solicitaram credenciamentos que foram indeferidos: a  
34 Terceira Via que teve problemas na execução das chamadas públicas entrou com  
35 recurso, mas o mesmo foi indeferido; a ARCAFAR que também entrou com o recurso,  
36 mas o mesmo não foi avaliado ainda. No sistema SIATER tem vinte e cinco entidades  
37 que tiveram seus contratos expirados e que não solicitaram renovação, e trinta e seis  
38 entidades que estão em cadastramento. Pela ANATER tem seis entidades credenciadas.  
39 Miriam informou que existe a expectativa de lançar chamadas publicas, que foram  
40 realizadas várias formas de divulgação para a realização do credenciamento, porém  
41 desde a última reunião do CEDRAF nenhum credenciamento novo foi solicitado. **Item 5**  
42 **– Regulamentação da Lei 16.751/2010 – Alimentação Orgânica Sistema de Ensino**  
43 **Fundamental e Médio no Paraná – Maria Teresinha Ritzmann – FUNDEPAR** informou  
44 que o órgão é responsável por mais de dois mil pontos de entrega de alimentação  
45 escolar no estado, sendo servido mais de um milhão de refeições por dia nas escolas.  
46 Lembra sobre a legislação que garante que trinta por cento da alimentação escolar  
47 fornecida deve ser adquirida da agricultura familiar, preferencialmente orgânica. Para  
48 este ano, cento e quarenta associações e cooperativas realizarão o fornecimento da  
49 alimentação escolar, e a FUNDEPAR pretende adquirir mais produtos da agricultura  
50 familiar. Em fevereiro deste ano foi realizada uma reunião com representantes das  
51 secretarias ligadas ao tema, com a participação de dezesseis entidades sendo sete  
52 instituições públicas. O Ministério Público exige a regulamentação desta lei e, por  
53 conseguinte traz para o debate a lei 17.190/2012, que dispõe sobre os incentivos da  
54 implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores  
55 familiares do estado no Paraná, que também não foi regulamentada. Na reunião foram  
56 pontuadas algumas questões que precisam ser aprofundados como a necessidade de  
57 incentivo para o período de conversão da produção convencional para orgânica.  
58 Terezinha entende que a política não pode ser pensada somente no âmbito da  
59 Secretaria da Educação, por isto está propondo criar um grupo intersecretarias, e que  
60 cada entidade possa ter um representante, por isso entende que a representação de um  
61 membro do CEDRAF é importante. **Bernardo Vergopolen** comenta que como  
62 representante da FETRAF se coloca a disposição para fazer parte desse grupo. **Margit**  
63 comenta sobre a lei de ATER que determina a prestação do serviço de ATER aos  
64 agricultores e questiona como é no Paraná, já que no estado muitos agricultores não têm  
65 assistência técnica. Comenta que foi entregue uma minuta da política estadual de  
66 agroecologia para o secretário Norberto, em dezembro de dois mil e quinze, sendo que o  
67 jurídico da SEAB orientou que fosse feito um decreto, pois já existe a lei 17.190, que  
68 trata de incentivo a agroecologia. **Alexandre** comenta que a FETAEP recebeu ofício de  
69 uma cooperativa do município de Cantagalo, solicitando apoio da mesma para, junto às  
70 entidades competentes, dar início à aquisição dos produtos da agricultura familiar,  
71 destinados à alimentação escolar. **Ivo Melão** comenta que esteve presente na reunião  
72 que foi realizada na FUNDEPAR e informa que a Câmara de Agroecologia já tem uma  
73 minuta do decreto vinculado à Lei 17.190, sendo que a mesma será encaminhada ao  
74 Secretário ainda no mês de março. O Paraná tem o Programa Paranaense de  
75 Certificação de Produtos Orgânicos que tem a gestão do Fundo Paraná, desenvolvido  
76 desde dois mil e nove e que atende os agricultores que estão no período de transição. A  
77 proposta dentro da câmara é que esses agricultores que ainda não são certificados  
78 oficialmente como orgânicos, que venham a ter, a partir de uma política de estado,  
79 alguma assistência no momento em que acessam esses programas de compras  
80 institucionais, especialmente a alimentação escolar. Reforça que a Teresinha fez um



81 convite ao CEDRAF para compor o grupo e destaca que seria extremamente importante  
82 que o CONSEA também fizesse parte desse grupo, pois também discute sobre a  
83 temática. **João Carlos Zandoná**, do CPRA informou que existem vinte e cinco  
84 profissionais, que atuam basicamente na Região Metropolitana de Curitiba, onde ocorre  
85 a metade da produção de hortaliças do estado. São aproximadamente quinze mil  
86 agricultores que produzem em áreas de mananciais, com riscos ambientais. Informa que  
87 o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos já certificou mais de mil  
88 propriedades, sendo que o Paraná é o estado que mais possui propriedades certificadas  
89 no Ministério da Agricultura em nível nacional, em torno de duas mil e cem propriedades  
90 certificadas no total. **Sandra Lins** da SEPL comenta que precisa ser definido quem será  
91 o representante do CEDRAF nesse grupo, pois somente o **Bernardo** da FETRAF se  
92 apresentou. **Teresinha** da FUNDEPAR esclarece que o poder público se faz representar  
93 no grupo, através de várias secretárias de estado e entidades, destacando a importância  
94 da sociedade civil participar representando o CEDRAF. O Presidente do CEDRAF se  
95 manifesta positivamente a participação do conselho lembrando que a FETRAF se  
96 candidatou. Perguntou se mais alguma entidade gostaria de participar, e a FETAEP se  
97 candidatou. Como não houve mais candidatos, as duas entidades foram eleitas como  
98 representantes do CEDRAF no grupo de trabalho proposto pela FUNDEPAR. **Item 6 –**  
99 **Projeto Cortina Verde – Circulo de Proteção as Cidades:** a Promotora de Justiça em  
100 Campo Mourão, **Dra. Rosana Araújo de Sá Ribeiro**, atualmente exercendo a  
101 coordenação regional da bacia do Alto Ivaí, apresenta uma proposta de trabalho  
102 referente uma zona de proteção verde nas cidades, com o intuito de proteger a  
103 população que esta no entorno, assegurando a qualidade dos recursos hídricos de  
104 abastecimento público. Isto porque, embora os planos diretores estabeleçam a proibição  
105 da aplicação de agrotóxicos em áreas urbanas, isto não é respeitado. A proposta teve  
106 sua origem a partir da denuncia de um grupo de moradores da cidade de Luisiana,  
107 através de um abaixo assinado encaminhado ao ministério publico. Através de  
108 apurações junto à ADAPAR e cooperativas da Região verificou-se um índice bastante  
109 alto de prescrições de receitas de agrotóxicos, considerando o recomendado pela  
110 EMBRAPA como parâmetro técnico. Por este motivo, foi expedida Recomendação  
111 Administrativa n. 01/2017, direcionada as Cooperativas, OCEPAR, CREA/PR,  
112 distribuidores e revendedores de produtos agrotóxicos da região de Campo Mourão,  
113 tendo em vista as disposições regulamentares e a necessidade de reduzir o volume e o  
114 número de aplicações de agrotóxicos. A questão também foi oficiada à SEDU que  
115 acolheu a recomendação administrativa para, ainda este ano, no Programa Paraná  
116 Cidade, inserir um termo de referência por ocasião de revisão dos planos diretores das  
117 cidades, prevendo as zonas de proteção verde. Dos quarenta e cinco municípios da  
118 região, quatorze já possui lei municipal prevendo a criação de zona de proteção verde.  
119 Foi elaborada uma recomendação administrativa abordando assistência técnica, pois o  
120 MP precisa saber da ADAPAR, que controla a emissão de receituários, quais as  
121 providências que serão tomadas em razão dessa situação? Em relação ao CREA, qual é  
122 a posição da entidade diante dessa situação? Qual é a posição do CREA em relação ao  
123 numero de receituários que são aplicados? Qual é a recomendação do CREA e da  
124 ADAPAR, em relação ao numero de receitas que um profissional pode expedir por dia?  
125 Que tipo de metodologia é utilizado para esta mensuração? O MP apresenta a proposta  
126 de criar a Zona de Proteção Verde (ZPV), uma área geográfica de interface entre o  
127 perímetro urbano e a zona rural, onde são estabelecidas práticas de sistemas  
128 agropecuários com baixo impacto ambiental, em prol da saúde pública e do meio  
129 ambiente. Nesta área são proibidas atividades de aplicação de agrotóxico; permitidas  
130 atividades de reflorestamento com espécies madeireiras e permissíveis atividades de  
131 pecuária (bovinos, equinos e pequenos animais) e de agricultura orgânica e  
132 agroecológica. **Nilson** da FAEP comenta que fazer de oito a doze aplicações de  
133 agrotóxicos inviabiliza qualquer atividade agropecuária, e talvez os produtores tenham  
134 realizado estas aplicações em áreas diversas. O receituário agrônômico regulamenta e  
135 define atribuições de responsabilidade ao técnico que o emite, e poderá ter acontecido



246 ocorreu no ano passado, em parceria das FETAEP, EMATER e SENAR, com o propósito  
247 levar conhecimento para a juventude rural, mostrando oportunidades para escolher a sua  
248 opção de vida entre o campo e a cidade, informando sobre as políticas públicas  
249 disponíveis e sempre aliando a teoria com a prática. Como exemplo foi citado o fato de  
250 um jovem que foi para a cidade por um período de dois anos, mas que acabou vendo  
251 que não era aquilo que ele queria e acabou retornando para a propriedade onde cultiva  
252 morangos com a família. Na região de Paranavaí foi visitada uma fazenda onde algumas  
253 pessoas trabalhavam e um tempo depois se tornaram proprietários da fazenda, através  
254 do Banco da Terra e numa área de menos de cinco alqueires, produzem laranja, que é  
255 exportada via cooperativa. Na região de Campo Mourão uma área de seis mil metros  
256 quadrados, produzindo rosas. Para este ano está programada uma nova visita nas  
257 regiões com o mesmo intuito, porque é através do debate e da troca de experiências que  
258 o jovem acumula informações que o auxiliam na decisão de permanecer ou sair da  
259 propriedade. **Item 9 – Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e**  
260 **Presidente do CEDRAF:** este item da agenda não ocorreu tendo em vista o fato de o  
261 Secretário da Agricultura se ausentar da reunião antecipadamente. **Item 10 - Assuntos**  
262 **Gerais: Bernardo Vergopolen** comenta que ocorrerá em Curitiba, no auditório da  
263 Universidade Tecnológica Federal do Paraná, de treze a quinze de março, o II Seminário  
264 Internacional de Redução de Agrotóxicos e IV Encontro Regional de Erva Mate –  
265 Sistemas de Produção Tradicionais e Agroecológicos, convidando os conselheiros e as  
266 demais entidades que tiverem interesse de participar. **Paulo Chaimsohn do IAPAR**  
267 apresenta a programação dos seminários e informa que a agenda foi construída em  
268 conjunto com o Ministério Público e a FETRAF. **Item 11. Encerramento:** Sem mais nada  
269 a declarar o Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e  
270 demais participantes. Eu Miriam Fuckner Secretária Executiva redigi a presente ata que  
271 deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros e após será assinada  
272 por mim e pelo Presidente do Cedraf.

273  
274 Miriam Fuckner  
275 Secretária Executiva do CEDRAF

  
Norberto Anacleto Ortigara  
Presidente do CEDRAF.